

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A conquista do Sertão:
A ação do Terço dos Paulistas no Rio Grande do Norte
(1688 a 1724)**

Francisco de Assis Rocha de Oliveira

Natal – RN

2001. 1

Francisco de Assis Rocha de Oliveira

**A conquista do Sertão:
A ação do Terço dos Paulistas no Rio Grande do Norte
(1688 a 1724)**

Monografia apresentada a disciplina de Pesquisa Histórica II, ministrada pela Professora Dra. Denise Mattos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Professora Maria da Conceição Guilherme Coelho.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada seria possível;

Agradeço aos meus familiares pelo incentivo;

Agradeço a minha esposa (Maria de Fátima Trindade) e minhas filhas (Priscilla Giovana e Natália Beatriz) que sempre estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida acadêmica;

Agradeço a minha orientadora Professora Maria da Conceição Guilherme Coelho pela orientação no presente trabalho;

Agradeço (como todos) a Professora Francisca Aurinete Girão não só pela normalização bibliográfica, mas também, por ser sempre uma grande amiga de todos os alunos;

A todos os funcionários da Escola Estadual Vale do Pitimbú;

Aos meus amigos do curso de História, pelo apoio moral e intelectual.

Dedicatória

Dedico esse trabalho a minha mãe (Tereza Rocha de Oliveira), a minha esposa (Mária de Fátima Trindade) e minhas duas filhas (Priscila Geovana e Natália Beatriz)

Epígrafe

Em relação a todos os atos de iniciativa e de criação, existe uma verdade fundamental cujo desconhecimento mata inúmeras idéias e planos esplêndidos: é que no momento em que nos comprometemos definitivamente, a providencia move-se também.

Toda uma corrente de acontecimentos brota da decisão, fazendo surgir a nosso favor toda a sorte de incidentes, encontros e assistência material que nenhum homem sonharia que viesse em sua direção.

O que quer que você possa fazer ou sonhe que o possa, faça-o.

Coragem contém genialidade, poder e magia!

Comece agora!

(Goethe)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	02
I – A CONQUISTA DO SERTÃO NORDESTINO	05
1.1 - A pecuária como alternativa econômica para o sertão	05
1.2 – A colonização do sertão nordestino	08
1.3 – Os currais chegam ao Rio Grande do Norte	11
II – OS TARAIRIÚS E A GUERRA DOS BÁRBAROS	15
2.1 – A política indigenista no período colonial	15
2.2 – Tapuias: alguns aspectos culturais	18
2.3 – A Guerra dos Bárbaros: origens e confrontos iniciais	21
III – OS PAULISTAS E SUA AÇÃO NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE	25
3.1 – O Terço dos Paulistas	25
3.2 – Os líderes paulistas	27
3.3 – A ação dos paulistas na Guerra dos Bárbaros	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
FONTES E BIBLIOGRAFIA	35

INTRODUÇÃO

A colonização do sertão nordestino e norte-rio-grandense está inserida em um contexto de profundas transformações econômicas e políticas que afetaram a colônia portuguesa. Politicamente, o Nordeste voltou ao domínio de Portugal, após a expulsão dos holandeses em 1654. No tocante às modificações econômicas, a quebra do monopólio da produção do açúcar, com o início da produção antilhana, abriu espaço para a pecuária bovina se expandir e tornar-se uma fonte alternativa de renda para os colonizadores.

O chamado avanço da frente pastoril no sertão nordestino teve origem nas cidades de Salvador e Olinda, pertencentes respectivamente às capitânicas da Bahia e Pernambuco. No que se refere à ocupação do território norte-rio-grandense, a frente originária de Olinda foi responsável pela formação das fazendas de criação que possibilitavam a efetiva colonização do sertão potiguar.

Mesmo contando com a pecuária bovina como fator econômico primordial para garantir o estabelecimento da população branca no sertão potiguar, essa colonização enfrentou adversidades, tais como: os poucos recursos financeiros e humanos disponíveis na capitania, o clima semi-árido e, principalmente, a reação da população indígena local.

Em função da expansão pecuarista nos sertões e a ocupação das ribeiras férteis, os colonizadores entraram em constantes confrontos armados com os diversos grupos indígenas que já habitavam o sertão. Essa confrontação entre "nações" indígenas e colonizadores "europeus" estendeu-se por diversas capitânicas nordestinas, dentre elas, a do Rio Grande do Norte, e ficou conhecida como "Guerra dos Bárbaros", terminologia usada pelos colonizadores que relatam o confronto de índios e "brancos" no sertão nordestino. Em função disso, mantivemos a denominação "Guerra dos Bárbaros", apesar de ser um conceito que sofre muitas restrições por parte dos historiadores que se pautam numa visão crítica da História.

Sendo o Rio Grande do Norte o principal centro irradiador da "Guerra dos Bárbaros" e o palco de algumas das mais importantes ações repressivas das autoridades coloniais, a nossa pesquisa ficou restrita ao sertão da referida capitania.

Durante a "Guerra dos Bárbaros", o governo da capitania do Rio Grande do Norte utilizou o "Terço dos Paulistas", especialista em guerras indígenas e recrutado em São Paulo, como um dos principais instrumentos de repressão ao levante indígena contra a colonização branca.

Foi essa ação do "Terço dos Paulistas", ocorrida no território da capitania do Rio Grande do Norte entre os anos de 1688 e 1724, que investigamos em nosso estudo, pois a sua ação foi fundamental no processo de "pacificação" das tribos indígenas rebeladas no sertão.

Portanto, o período por nós escolhido para ser estudado abrangeu os anos cujo o "Terço dos Paulistas" agiu em território norte-rio-grandense, ou seja, da data de contratação do "Terço", em 1688, ao ano de 1724, quando o governador da capitania, o Capitão-mor Luis Ferreira Freire, o extinguiu.

Os estudos existentes sobre a "Guerra dos Bárbaros" normalmente ficam restritos a mencionar e descrever a ação do "Terço dos Paulistas", dessa forma, buscamos nessa pesquisa demonstrar a ação dos paulistas como instrumentos da política de extermínio indígena conduzida pelas autoridades coloniais.

Buscando verificar a ação dos "Paulistas" na "Guerra dos Bárbaros", no referido período e espaço, nos reportamos a fontes primárias, objetos de estudos primordiais para o esclarecimento da questão. Essas fontes são correspondências dos Oficiais da Câmara de Natal, dos mestres-de-campo dos "Paulistas" e das autoridades coloniais existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.¹ A referida correspondência registra algumas medidas tomadas pelo governo provincial na repressão dos povos indígenas rebelados.

A pesquisa também contou com o auxílio de uma bibliografia geral, tratando da ocupação das terras do sertão e da "Guerra dos Bárbaros", além de uma mais específica, abordando a ação dos paulistas em território norte-rio-grandense. O uso dessa bibliografia visa a melhor compreensão do espaço onde se originou e desenvolveu a "Guerra dos Bárbaros".

¹ Parte dessa documentação foi publicada por Olavo de Medeiros Filho e Vicente Lemos, em suas obras: Índios do Açu e Seridó e Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro demonstraremos o processo de ocupação do sertão norte-rio-grandense no contexto do avanço da frente pastoril. O segundo enfoca a política indigenista dos colonizadores, os diversos aspectos culturais dos Tapuias e os primeiros anos de guerra. O terceiro trata das principais ações dos "Paulistas" e seus principais comandantes no sertão da capitania do Rio Grande do Norte.

1 – A CONQUISTA DO SERTÃO NORDESTINO

“...foi a pecuária quem conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial. Completou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes.”

O sertão nordestino foi conquistado pelos colonizadores portugueses ao longo dos séculos XVII e XVIII. Essa conquista esteve apoiada na pecuária, ou seja a criação de gado foi a base econômica para o avanço da frente colonizadora sobre as terras do sertão.

Nesse contexto, também foram ocupadas as terras do sertão da capitania do Rio Grande. Essa colonização avançou através das ribeiras férteis dos principais rios, onde os colonizadores estabeleciam os currais, ou fazendas de criação de gado bovino.

Portanto, nesse capítulo buscaremos demonstrar o processo de ocupação do Sertão Nordestino e Norte-Rio-Grandense e a importância da pecuária para efetivação dessa ocupação. Assim sendo, estaremos demonstrando as origens conflito entre índios e colonizadores portugueses, consagrado na historiografia como “Guerra dos Bárbaros”.

1.1 - A Pecuária como alternativa econômica para o sertão.

A Colonização do território brasileiro fez parte de um plano da Coroa Portuguesa cujo objetivo era garantir a posse da terra através da implantação de uma indústria de caráter extrativista, principalmente a da cana-de-açúcar, para servir de fator de atração e fixação dos colonizadores.

Sobre esse plano colonizador da Coroa Portuguesa, encontra-se apoiado da divisão das terras brasileiras em capitanias, cujas dimensões variavam de 30 a 100 léguas. Essas por sua vez, eram, doadas pelo rei aos donatários, cuja principal obrigação era custear as despesas referentes a colonização do seu quinhão de terra.³ Esse sistema de colonização implantado no Brasil visava atender os interesses desses donatários de se tornarem grandes

² ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste, p. 153

³ PRADO JR. Caio. História Econômica do Brasil, p. 31-32

proprietários e, principalmente, da Coroa Portuguesa que buscava garantir a posse da terra, ameaçada por outras nações europeias, como a França e a Espanha.

O plano colonizador português só obteve sucesso no Brasil devido à implantação de uma empresa colonial fundamentada na exploração agrícola de suas terras. Na ocasião, a cultura da cana-de-açúcar constituiu-se a principal atividade econômica desenvolvida na colônia, no entanto, esse direcionamento agrário, só foi possível devido à demora em se achar ouro em terras brasileiras.

O próprio sucesso da empresa agrícola só foi possível graças às condições ambientais – clima e solo – do Nordeste, adequadas ao cultivo da cana-de-açúcar. Também contribuíram a associação comercial e financeira com os holandeses, esses passaram a financiar as plantações de cana e a construção dos engenhos coloniais, além de serem responsáveis pela comercialização da produção Europa. Favorecida por esses fatores, a cultura da cana-de-açúcar atingiu grande desenvolvimento no litoral nordestino, principalmente nas capitanias da Bahia e de Pernambuco.

Nesse contexto da exploração comercial das terras brasileiras, através da monocultura canavieira, surgiram atividades econômicas complementares, implantadas para garantirem o sustento da população colonizada caso da pecuária.

Mesmo a pecuária sendo uma atividade econômica complementar ou subsidiária desde o início da colonização, pois fornecia aos engenhos animais para moverem as moendas, transportarem a produção e fornecerem alimentos, a sua separação da cultura canavieira só ocorreu em 1701, através de uma Carta Régia enviada de Portugal. Conforme ficou estabelecida neste documento, os pecuaristas só poderiam criar gado bovino a 10 léguas do litoral, ou seja, a pecuária só poderia ser praticada no sertão, onde a cana-de-açúcar não encontrava condições ambientais adequadas para o seu desenvolvimento.

Conforme Furtado, a pecuária

“... pelo menos em sua etapa inicial, era um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa.”

O complexo econômico e populacional, estabelecido no litoral nordestino, caracterizado por possuir uma alta rentabilidade e um mercado consumidor em expansão, constituiu-se em um centro dinâmico para o desenvolvimento de outras regiões da colônia. Portanto, a existência desses núcleos ao longo do litoral brasileiro, e principalmente nordestino, tornou viável a exploração das demais terras da colônia, como o sertão nordestino.

Nesse caso, as próprias necessidades da economia açucareira serviram de incentivo ao desenvolvimento de outras atividades produtivas, mesmo que essas fossem, como foram, complementares à atividade principal, que era nesta época, o cultivo e o beneficiamento da cana-de-açúcar.

Portanto, o complexo pecuarista, em sua fase inicial, era uma atividade dependente dos centros açucareiros, ou seja, a expansão da economia açucareira alavancava o crescimento da pecuária.

A partir da segunda metade do século XVII ocorreu uma profunda transformação na vida econômica da colônia portuguesa do Novo Mundo, pois com a expulsão dos holandeses do Brasil, em 1657, esses passaram a financiar a produção de açúcar nas Antilhas. Dessa forma, o monopólio da produção de açúcar, até então pertencente a Portugal e sua colônia, foi quebrada. Com a entrada de um novo centro produtor ocorreu um aumento na oferta do referido produto e uma conseqüente baixa dos preços e lucros.

Em função da quebra desse monopólio, a pecuária passou a ter um papel mais importante na economia colonial brasileira, pois os lucros obtidos com o criatório passaram a complementar as rendas da elite local, principalmente os senhores de engenhos, grupo social mais prejudicado com esse acontecimento. Mesmo a pecuária representando novas possibilidades de ganho, essa continuou em segundo plano "... subordinando-se as atividades principais da grande lavoura, e sofrendo-lhe de perto todas as conseqüências".⁵

Além disso, após a expulsão dos Holandeses do Brasil, a Coroa Portuguesa deu continuidade ao seu projeto de colonização, pois estando assegurada suas posições territoriais ao longo do litoral buscava-se agora ocupar as regiões interioranas.

A continuidade do projeto colonizador português apoiou-se na pecuária, ou seja, por intermédio de uma frente criatória, Portugal ocupou as terras do sertão nordestino.

⁵ PRADO Jr. Caio, op. cit., p.44

*“Nos lugares onde as condições edáficas não permitiram a cultura da cana-de-açúcar, como nos tabuleiros litorâneos que do norte de Olinda se estendem até o Rio Grande do Norte ou nas caatingas localizadas a leste e ao norte da Borborema, os proprietários organizaram currais e criaram o gado...”*⁶

Ao ser relegada ao sertão, a pecuária ficou submetida as condições adversas do clima semi-árido do sertão nordestino, cuja a principal característica são os baixos índices pluviométricos. Em tais condições climáticas, a cobertura vegetal é adaptada aos longos períodos de seca, ou seja, predominam árvores de pequeno porte que perdem suas folhas no período seco.

Portanto, este regime de chuvas nas terras não permite o desenvolvimento de uma cobertura vegetal ideal para sustentação do gado.

A ocupação do sertão nordestino, cuja área abrange mais de 1.000.000 Quilômetros Quadrados⁸ teve como centros irradiadores as capitânicas da Bahia e Pernambuco, principais centros populacionais do complexo econômico açucareiro. Portanto foi a partir dessas capitânicas que a frente pastoral partiu rumo a conquista do sertão Nordeste.

1.2 – A Colonização do Sertão Nordeste

*“Ao expandir-se a economia açucareira, a necessidade de animais de tiro tendeu a crescer mais que proporcionalmente, pois a devastação das florestas litorâneas obrigava a buscar a lenha a distâncias cada vez maiores. Por outro lado, logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar.”*⁷

Portanto, foi através de uma frente pecuarista que a maior parte do território nordestino o sertão passou ao controle dos colonizadores portugueses. A pecuária como foi implantada no sertão nordestino apresentava três características fundamentais: a criação extensiva do gado, ou seja, o gado bovino era criado solto; o uso de uma mão de obra não qualificada, se comparada com a usada nos canaviais do litoral nordestino, nesse caso, os pecuaristas usavam índios fugitivos, negros e mestiços e o baixo custo para implantação de uma fazenda.

⁶ ANDRADE, Manoel Correia de. op.cit., p. 59

⁷ PRADO Jr, Caio. op. cit., p. 44

⁸ Ibid. p.44

⁹ FURTADO, Celso. op. cit., p.57

Sobre o avanço dessa frente e essas três características, PRADO Jr., afirma que o:

“...o consumo crescente do litoral onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira e o povoamento; doutra, pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria. Mais também pela facilidade com que se estabeleciam as fazendas: levantada uma casa, coberta em geral de palha – (...) – , feitas umas lascas currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário: recrutam-se entre índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral: criminosos escapam da justiça, escravos em fuga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dar liberdade e desafogo.”¹⁰

Essas características, somadas ao crescimento populacional e produtivo da zona litorânea e as condições ambientais do semi-árido (região submetida a constantes períodos de estiagem) colaboraram de uma forma marcante para o rápido avanço da frente pastoril e colonizadora sobre as terras secas do sertão nordestino.

A formação dessas fazendas ocorreu em terras que foram doadas aos colonizadores pelas autoridades coloniais em forma de sesmarias. No entanto, as condições ambientais de solo e clima, limitaram as fazendas de criação de gado bovino, de maneira geral, foram estabelecidas ao longo das ribeiras mais férteis da região.¹¹

Uma das famílias mais beneficiadas com a doação de sesmarias no sertão nordestino foi a Garcia D'Avila, membro da chamada Casa da Torre. Reunindo-se todas as doações de sesmarias que beneficiaram essa família chegariam a superar em extensão territorial muitos países da Europa. Em 1710, a família Garcia D'Avila já era proprietária de uma área superior a 370 léguas, somente nas margens do Rio São Francisco e seus afluentes. Os Garcias D'Avila também obtiveram doações nos atuais estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.¹²

¹⁰ PRADO Jr. Caio, op. cit., p. 45

¹¹ COELHO, Maria da Conceição Guilherme. Entre o céu e a terra: viver e morrer no sertão do Seridó, p. 35-36

¹² ANDRADE, Manoel Correia, op. cit., p. 147 e 148

*“A Casa da Torre, no seu ninho na encosta de Tatuapara, nove léguas da cidade de Salvador, constituiria, com fome de terra e força irresistível, a expansão do instinto povoador, alargando os limites numa cega, diária e quase inconsciente impulsão natural de posse dos terrenos pela pecuária. É um avanço irradiante, contínuo, geração a geração, manadas de gado conduzidas pelos guerreiros emplumados e capatazes que são os melhores mosquetes da época.”*¹³

Além dos membros da Casa da Torre, estimam diversas outras famílias que foram beneficiadas através de doações de sesmarias no sertão. É o caso da família Guedes de Brito, da Casa da Ponte, proprietária de uma extensão territorial só comparada as dos Garcia D'Ávila.¹⁴

A Colonização do Sertão teve como centros irradiadores as cidades de Salvador e Olinda, na época, principais centros econômicos e populacionais da capitania da Bahia e de Pernambuco, de onde seguiram duas frentes pastoral/colonizadora em direção ao sertão. A partir de Salvador seguiu a primeira frente pastoral, espalhou-se sobre tudo para norte e nordeste em direção do Rio São Francisco, que já no século XVIII encontrava-se colonizado. De Olinda partiu uma segunda frente, no entanto, essa seguiu rumo ao interior dos atuais estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.¹⁵

A frente saída de Salvador explorou o chamado “sertão de dentro”, já os Pernambucanos exploraram o “sertão de fora”. Portanto o Rio Grande do Norte foi ocupado à medida que o “sertão de fora” ia sendo explorado.¹⁶

Por ser o sertão nordestino uma região que enfrenta o problema das estiagens prolongadas os rios tiveram grande importância para o avanço da frente pastoril, pois tornaram-se as principais vias de penetração dos colonizadores portugueses, além de fornecerem terra fértil para as roças e locais adequados para o desenvolvimento dos currais e água para os animais. Em função dessa dependência em relação a água, as primeiras fazendas se fixaram nas proximidades de “um poço d'água permanente, um olho d'água, uma lagoa” e nas ribeiras dos rios. Exemplo dessa dependência estava no fato de as sesmarias sertanejas serem demarcadas a partir do “leito de um rio ou riacho, que lhe servia de linha central-espinhoso”.¹⁷

¹³ CASCUDO, Luis da Câmara. Tradições populares da pecuária Nordestina, p. 20

¹⁴ Ibid. p. 22

¹⁵ PRADO Jr. Caio. op. cit. p.45

¹⁶ COELHO, Maria da Conceição Guilherme. op. cit., p. 41

¹⁷ MEDEIROS FILHO, Olavo. Velhos inventários do seridô. p. 9-10

Em decorrência da ocupação do sertão pela pecuária, desenvolveu-se na região a chamada "Civilização do Couro", uma sociedade apoiada no criatório e no latifúndio. O gado bovino constituía o principal critério de riqueza, pois se constituiu ele.

"...desde o início da ocupação do solo, tanto o material mais abundante para as exigências cotidianas, quanto importantes produtos de exportação".¹⁸

1.3 – Os currais chegam ao Rio Grande do Norte

Sobre a origem do gado bovino norterio-grandense, poucas são informações bibliográficas e documentais, no entanto podemos dizer que o gado constitui desde o princípio da colonização um dos principais produtos de exportação da colônia ao lado do pau-brasil.

Santos nos informa a respeito dessa questão que:

"...não se sabe exatamente, quando começou a criação bovina na capitania do Rio Grande do Norte. Vale ressaltar que o primeiro documento que trata da economia do Rio Grande do Norte, de 1607 publicado pelo historiador padre Leite Serafim dizia que os Jesuítas já exploravam a criação de gado na várzea do Potengi, o que permite assegurar que esse criatório já existia alguns anos atrás. Isto é, esse plantio deveria ter chegado aqui na capitania bem antes de 1607".¹⁹

Tarcísio Medeiros, em sua obra "Proto-história do Rio Grande do Norte", ao especular sobre a origem do gado potiguar atribuiu aos contatos entre franceses e indígenas a introdução dos primeiros animais.²⁰

A importância do gado norterio-grandense nesses primeiros anos de colonização pode ser avaliada pela forma como os holandeses trataram a questão. Os conselheiros políticos do conde Maurício de Nassau apontavam a conquista da capitania do Rio Grande como um fator fundamental com consolidação do poder dos holandeses no nordeste. Pois

¹⁸ QUEIROZ, Maria I. Pereira de. História do cangaço, p. 19

¹⁹ SANTOS, Paulo Pereira dos. Evolução Econômica do Rio Grande do Norte, p. 54

²⁰ MEDEIROS, Tarcísio. Proto-História do Rio Grande do Norte, p. 213

sem o Rio Grande, e o seu gado, os soldados holandeses e a população de Pernambuco estavam condenadas a ficarem sem alimento.²¹

No entanto, o gado que ocupou o sertão do Rio Grande do Norte não teve a mesma origem, pois os animais foram trazidos das capitanias próximas, principalmente Pernambuco.

Na realidade, a colonização das terras sertanejas fez parte do projeto português de ocupação mais ampla, que acabou por conquistar a maior parte do território nordestino.

No processo de povoação do sertão norteriograndense houve o predomínio da rota migratória saída da capitania de Pernambuco. Essa colonização se deu através das demarcações de novas reservas, que seriam usadas com o objetivo de implantar fazendas de criação de gado, atividade esta que serviu de suporte econômico o fixador do homem na região.

O povoamento do interior da capitania do Rio Grande ocorreu lentamente seguindo as margens dos principais rios, ou seja o Ceará-Mirim, o Açu/Piranhas e o Apodi. No caso do povoamento do Seridó, teve papel importante o Boqueirão de Parelhas, na medida que facilitava a entrada do gado trazido de Pernambuco. O avanço da frente colonizadora pastoril foi retardado por alguns fatores tais como: as condições climáticas desfavoráveis e a reação dos indígenas.

O retardamento da colonização efetiva do Rio Grande do Norte pode ser comprovada através da fixação das famílias na região. Sobre essa questão, Medeiros Filho afirma que:

*"... as primeiras famílias instaladas cuja lembrança se impôs pela perpetuação genealógica regular, somente apareceram após o ano de 1720. Certamente, antes desta data as rústicas condições ambientais reinantes somente permitiam a fixação do homem, desacompanhado da família – vaqueiros solitários, foragidos da justiça, caboclos manços e negros cativos."*²²

Muitas dessas famílias que se estabeleceram no sertão potiguar de forma pioneira, obtiveram doações de sesmarias da Coroa Portuguesa por terem seus membros participado da luta contra os indígenas que tradicionalmente povoavam a região. Comumente os historiadores ao se referirem ao levante indígena no sertão o denominaram de Confederação dos Cariris segundo Medeiros Filho, essa denominação não é adequada, pois

²¹ CASCUDO, Luiz da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p.377

²² COELHO, Maria da C. Guilherme, op. cit., p. 38

se trata de uma visão romântica, uma vez que foram os cariris usados pelos colonizadores como elementos da força repressora aos Tarairiú, esses sim os verdadeiros índios que combateram os colonos nesse movimento de autopreservação.²³

Durante A Guerra dos Bárbaros, várias foram as tribos do grupo Tarairiú submetidas ou dizimadas pelos colonizadores. Dessas tribos, os Janduis e os Paiacús foram diretamente afetados pela política de extermínio adotado pelos colonizadores Portugueses, uma vez que essas tribos habitavam as ribeiras dos principais rios do sertão norterriograndense.²⁴

Durante a conquista do sertão potiguar a Igreja Católica Romana, através das suas ordens religiosas (Jesuítas, Franciscano etc.) também teve uma participação fundamental, sendo responsável pela catequese dos índios e a administração das missões de aldeamento. Essas missões de aldeamentos faziam parte do projeto colonial português no Brasil, uma vez que garantiam a conversão dos índios, a ocupação territorial, sua defesa e uma reserva de mão-de-obra para garantir o desenvolvimento econômico da colônia.²⁵

As primeiras missões religiosas em território potiguar eram volantes, ou seja, os religiosos faziam apenas visitas periódicas as aldeias, não estavam presentes de forma ostensiva junto aos nativos. Mas essa modalidade de missão demonstrou-se ineficiente, pois com a saída dos religiosos os índios retornavam aos seus hábitos costumeiros. Com a invasão holandesa, as missões volantes foram suspensas.²⁶

Depois de 25 anos da reconquista portuguesa, os trabalhos missionários foram reiniciados, agora na forma de "missões de aldeamento", ou seja, missões permanentes, que tinham por característica fundamental a administração jesuítica.²⁷

Segundo Lopes:

*"... as missões como passaram a ser chamadas todos os aldeamentos criados e ou organizadas sob as vistas dos missionários, geralmente em locais afastados dos colonos e mais próximo do habitat natural do indígena, passam a ser o centro da ação catequista dos Jesuítas e das outras ordens."*²⁸

²³ MEDEIROS FILHO, Olavo. Aconteceu na Capitania do Rio Grande, p. 120

²⁴ MONTEIRO Denise Mattos. Introdução a História do Rio Grande do Norte, p.64

²⁵ MOISES, Beatriz Perone. Índios livres e índios escravos, p.120

²⁶ LOPES, Fátima Martins. A presença missionária na capitania do Rio Grande, p. 23-25

²⁷ Ibid, p. 25

²⁸ Ibid, p. 25

A conquista do sertão potiguar não ocorreu de forma pacífica, pois na medida em que a colonização avançava sertão adentro, os grupos indígenas organizavam a resistência, no intuito de defender a posse das terras sertanejas. Portanto, o avanço da pecuária sobre as terras do sertão causou a disputa territorial entre os índios do interior e os portugueses, aliados aos indígenas do litoral que já haviam sido catequizados.

Com o avanço da colonização sobre as terras indígenas do sertão, os nativos passaram a sofrer com a perda de suas áreas de caça, pesca e coleta. E conseqüentemente, passaram a reagir ao avanço colonizador.

Ao avanço da frente pecuarista colonizadora os indígenas responderam com a criação de alianças inter-tribais que acabaram por gerar "o mais importante e longo conflito entre nativos e colonizadores de toda história da colônia", conhecida como "Guerra dos Bárbaros", o levante do gentil tapuia ou "confederação dos cariris". Esse confronto, que afetou o Nordeste, teve início na capitania do Rio Grande do Norte. Além disso, foi uma das áreas onde a resistência indígena foi mais aguerrida e, conseqüentemente, a repressão também se fez de forma mais tenaz.²⁹

O domínio da terra passava necessariamente, se não pelo extermínio, mas pelo controle total das tribos indígenas do sertão, uma vez que esses grupos ocupavam as terras mais favoráveis para a implantação e desenvolvimento das fazendas de gado. A busca desse controle sobre os índios pode ser observada através da política indigenista portuguesa do período e pela própria Guerra dos Bárbaros.

²⁹ MONTEIRO, Denise Mattos, op. cit., p. 62-64

2 – OS TARAIRIÚS E A GUERRA DOS BÁRBAROS

Para melhor entendermos o que representou a “Guerra dos Bárbaros” torna-se necessário à compreensão da legislação indígena vigente na colônia. Dessa forma, buscaremos justificar a adoção por parte dos colonizadores e autoridades coloniais de uma política escravista e de extermínio contra os indígenas do sertão.

Além da legislação indigenista, trabalharemos nesse capítulo os aspectos culturais dos Tarairiús tais como as vestimentas, armas, entre outros, e as causas da “Guerra dos Bárbaros”.

2.1 – A política indigenista no período colonial

A legislação indigenista do Brasil colonial considerava a existência de duas categorias de índios, os aldeados e aliados aos portugueses, e os inimigos, que normalmente localizava-se no interior da colônia e não mantinham contatos pacíficos com os portugueses.

Portanto, a existência de duas categorias de índios levou as autoridades portuguesas a formularem uma legislação específica para cada categoria. Uma tentando e regulando a vida e a liberdade dos indígenas considerados “amigos” e uma outra regulando a política repressiva dos inimigos ou “gentio bravo”³⁰.

No primeiro grupo, o dos “índios amigos” era garantido a “liberdade”, a “posse as terras”, o direito a “salário” quando prestavam algum serviço aos colonos. Esses índios considerados manços eram trazidos para as proximidades das povoações brancas, onde eram aldeados, catequizados e “civilizados” para se tornarem defensores da colônia, ou seja, dos interesses portugueses, como a eliminação da resistência dos índios do sertão.

Os principais defensores dessa política de favorecimento aos “índios amigos” foram às ordens religiosas, principalmente a dos jesuítas.

³⁰ MOISES, Beatriz Perone. op. cit., p.117

*“Os missionários, principalmente jesuítas, defendiam a liberdade dos índios, mas eram acusados pelos colonos de quererem apenas garantir o seu controle absoluto sobre a mão-de-obra e impedi-los de utiliza-la para permitir o florescimento da colônia.”*³¹

Ficou a cargo dos missionários, principalmente dos jesuítas, controlar ou administrar a mão-de-obra indígena aldeada, ou seja, eram os religiosos que distribuíam entre os colonos os índios necessários ao desenvolvimento das áreas onde a mão-de-obra negra era pouco utilizada.

Constava na política indigenista que tratava de grupos “amigos” a prática dos “descimentos”, ou seja, a transferência desses grupos para as aldeias missionárias existentes no litoral e mesmo no sertão. Esses “descimentos” ocorriam mediante a persuasão dos religiosos, jamais através do uso de violência física, visando conter os nativos, os missionários argumentavam ao se aldearem os indígenas seriam livres e donos de suas terras.³²

Ao submeter-se ao controle do colonizador nos aldeamentos, esses grupos indígenas “amigos” passavam a fazer parte da ação repressiva aos grupos considerados inimigos. Uma parte considerável dos homens que atuaram na capitania do Rio Grande do Norte durante a “Guerra dos Bárbaros” foram recrutados nas aldeias missionárias.

Quando o mestre-de-campo Manuel Alvares de Moraes Navarro montou um terço de paulista que atuaram em território norte-rio-grandense durante “Guerra dos Bárbaros” contou com índios “amigos” para fortalecer sua tropa.

*“... Moraes Navarro chegou à Capitania do Rio Grande, a 18 de novembro de 1698. Sempre visando o fortalecimento de seu terço, o mestre-de-campo obteve o recrutamento de novos contingentes indígenas, provenientes das Missões Guarairas (hoje, Arês). Também juntaram-se ao terço indígena da Aldeia de Guajiru (atual Extremoz), da Aldeia de Mipibu (São José dp Mipibu), bem como tapuias canindês, do sertão da capitania”*³³

³¹ MOISES, Beatriz Perone, op. cit., p.116

³² Ibid, p.118

³³ MEDEIROS FILHO, Olavo, O terço dos Paulistas do Mestre-de-Campo Manuel de Moraes Navarro e a Guerra dos Bárbaros, p.13-14

Quando Medeiros Filho fala na incorporação de índios não aldeados às tropas de Morais Navarro, como no caso dos Tapuias Canindés, refere-se a outra forma de recrutamento: o sistema de aliança. Aproveitando-se das disputas intertribais os colonizadores estabeleciam alianças com um dos grupos.

Essa modalidade de recrutamento fornecia grande contingente de guerreiros indígenas às tropas dos colonizadores. O sistema de aliança tinha na liberdade e na posse da terra as suas bases, ou seja, as autoridades coloniais garantiam aos índios aliados o direito de serem livres e donos de suas próprias terras.³⁴

No que se refere aos índios inimigos, a legislação indigenista criou duas instituições para facilitar a repressão a esses grupos, a "guerra justa" e o "resgate". Ambas as instituições justificavam o extermínio e a escravidão indígena.

Para os colonizadores ...

*"As causas legítimas da guerra justa seriam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da fé da prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses (especialmente a violência contra pregadores ligada a primeira causa) e a quebra de pactos celebrados."*³⁵

Portanto, a simples morte de um animal dos colonizadores seria o suficiente para se considerar como justo o ataque e o extermínio de uma tribo.

Na busca de conter os abusos dos colonizadores, ávidos de mão-de-obra indígena escrava e terras para o gado, a Coroa Portuguesa determinou que os índios só poderiam tornar-se escravos quando o rei declarasse pessoalmente a guerra movida pelos colonizadores como justa.³⁶

Mesmo com essa regra, a "guerra justa" constituiu-se na principal justificativa dos colonizadores junto às autoridades coloniais e a Coroa Portuguesa para a política e a prática repressiva da "Guerra dos Bárbaros".

Outra forma de escravizar os indígenas foram os "resgates", ou seja, sendo um índio ou grupo desses aprisionados por uma tribo inimiga, ao serem comparados ou resgatados, seus libertadores passavam a ter o direito de "... servir-se deles contando que os convertam e civilizem, e os tratem bem." Essa forma de escravidão, ao contrário da

³⁴ MOISES, Beatriz Perone, op. cit., p. 127

³⁵ Ibid. p. 123

³⁶ Ibid. p. 126-127

declarada por “guerra justa”, não é permanente, pois “... uma vez pago em trabalho o preço do resgate, o cativo será livre...”³⁷

O período estipulado na legislação colonial para a libertação dos índios resgatados era em média 10 anos, no entanto, existiam casos em que o cativo durava a vida inteira. Essa variação dependia do preço de venda dos prisioneiros.³⁸

2.2 – Tapuias: alguns aspectos culturais

No Brasil foram identificados dois grupos indígenas, os Tupis e os Tapuias, diferenciados principalmente pela língua que falavam, ou seja, a diferença linguística foi o principal critério para diferenciar esses dois grupos. No entanto, existem outros aspectos culturais que podem ser usados para distinguir os membros de cada grupo, como as armas, as pinturas corporais, entre outros elementos culturais. No Rio Grande do Norte, essa divisão também é válida, pois no litoral habitavam os Potiguares, índios de “língua geral” ou Tupis, ficando no sertão os Tapuias, índios de “língua travada”.³⁹

Os Janduis, Ariús, Sucurus, Canindés, Jenipapos, Paiacus, Panatis, Javás, Camaçur e os Ararius são algumas das principais tribos Tapuias, pertence ao grupo dos Tarairiu ou índios de “língua travada”.

Segundo Medeiros Filho, esses índios do grupo Tarairiu habitavam o território que se estende do atual estado do Ceará ao rio São Francisco, ou seja, as terras do sertão semi-árido do Nordeste. No Rio Grande do Norte, os Tarairiu habitavam as bacias dos rios Açu/Piranhas, Apodi e Ceará-Mirim.⁴⁰

O pintor holandês Albert Eckhout, em suas obras “Dança dos Tarairiu” e o “Índio Tarairiu”, retratou algumas de suas principais características e culturais dos Tarairiu. Ao observarmos essas telas em óleo, da primeira metade do século XVII, conseguimos visualizar como e quais suas primeiras eram suas primeiras armas, suas pinturas corporais e seu aspecto físico. Além disso, está presente nessas obras um pouco do imaginário do europeu da época, pois ao passar a ideia de que os Tarairiu viviam em um ambiente ladeado por animais peçonhentos, com as cobras, o autor deixa transparecer que os indivíduos retratados são selvagens e ferozes.

³⁷ MOISES, Beatriz Perone, op. cit. p.128

³⁸ Ibid., p. 128

³⁹ MEDEIROS FILHO, Olavo de, Os Tariris, extintos Tapuias do Nordeste, p. 3

⁴⁰ Ibid., p. 07

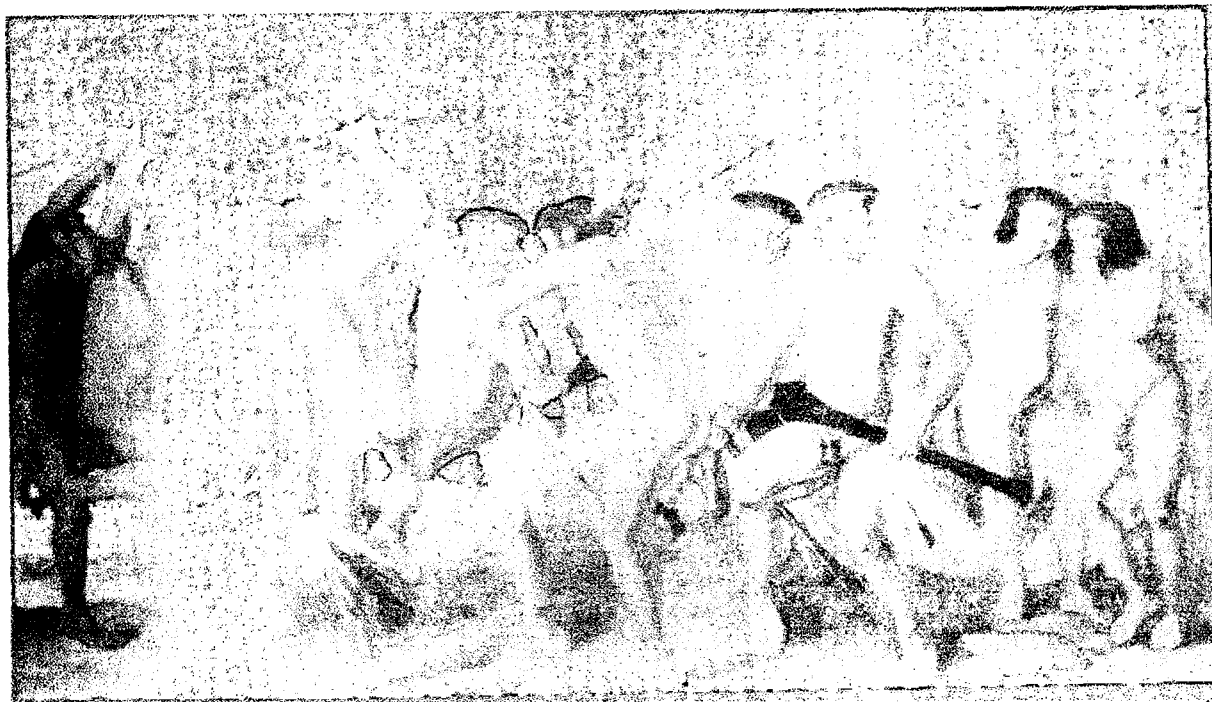


Foto do pintor Albert Eckhout "A Dança dos Tarairiu"⁴¹

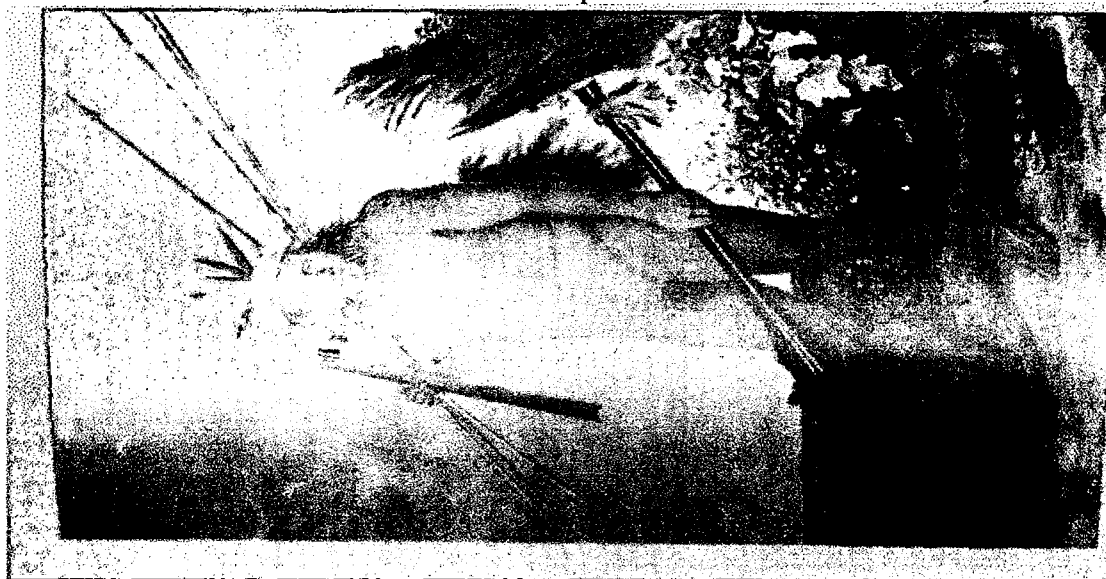


Foto do pintor Albert Eckhout "Índio Tarairiu"⁴²

Os primeiros contatos entre os portugueses e os Tapuias na capitania do Rio Grande do Norte se deram de forma pacífica, chegando a existir trocas de produtos entre os mesmos. Essa relação veio a sofrer uma radical mudança com as invasões holandesas, quando os índios Tapuias, aliados aos holandeses promoveram uma série de ataques a povoações da capitania.⁴³

⁴¹ BELUZZO, Ana Maria de Moraes. O Brasil dos viajantes, p. 207.

⁴² Ibid., p. 208

⁴³ Sobre esses ataques ver: PEREIRA, Francisco de Assis. Protomártires do Brasil e MONTEIRO, Ermas. Mártires de Cunhaú e Uruaçu.

Tarcisio Medeiros, em Proto-História do Rio Grande do Norte, afirma serem os índios Tarairiu...

*“... na cor e formação mais claras, fortes e altas (se comparadas aos índios do litoral), impulsivas, com pequena agricultura e cerâmica rudimentar, dormindo em redes de algodão e fibras, com apreciável organização militar. Foram aliados dos holandeses em suas investidas pelo Nordeste brasileiro. (...) e, depois unidos, a partir de 1687 em diante, tomaram parte na Guerra dos Bárbaros...”*⁴⁴

Essa descrição física dos índios Tarairiu dada por Medeiros é complementada pelas informações presentes nos relatos de cronistas como Barleu, Nieuhof, Piso e Carrilho de Andrade. Segundo esses cronistas, citados por Medeiros, os Tapuias eram robustos altos, de pele morena escura, de “olho feroz”, “truculentos” e de cabelos pretos. Quanto as suas características culturais esses mesmos cronistas afirmam que os homens usavam cabelos curtos, andavam nus, com o corpo pintado e enfeitado com adornos.⁴⁵

“Andavam inteiramente nus; apenas os homens atavam um cendal as suas partes genitais, e as mulheres usavam uma espécie de avental em torno dos quadris, confeccionado de folhas frescas. Os Tapuias penteavam-se à maneira dos demais silvícolas: com tintas extraídas do jenipapo e do urucu. Portavam lindas penas de aves, introduziam ossos, penas, pedras e pedaços de madeira nas orelhas, narizes, bochechas e lábios. Calçavam sandálias, feitas da casca de uma árvore chamada caraguá. Repilavam-se, inclusive as sobranceiras”.⁴⁶

Caça, pesca, coleta e agricultura constituíam as principais fontes de alimento dos tapuias. Devido as condições ambientais do sertão a obtenção de alimentos ficava restrita as ribeiras dos rios. Com a caça obtinham cobras, lagartos e porcos selvagens. Por meio da coleta conseguiam mel de abelha, frutas e raízes para a fabricação de farinha e pão. Já a agricultura, era praticada na vazante dos rios, ou seja, aproveitando-se da terra umedecida pela enchente plantavam milho, mandioca, mamoeiros e abóboras.⁴⁷

⁴⁴ MEDEIROS, Tarcisio. Proto-História do Rio Grande do Norte, p. 217

⁴⁵ MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açu e Seridó, p. 33-36

⁴⁶ Id. Os Tarairiu, extintos tapuias do Nordeste, p. 08

⁴⁷ Id. Os Tarairiu, extintos tapuias do Nordeste, p. 59-62

Durante as guerras os Tapuias costumavam usar a tática da guerrilha, ou seja, não partiam para o confronto direto com seus inimigos. Nas guerras usavam suas armas tradicionais. Uma dessas armas dos Tapuias eram as fechas, feitas com madeiras e pontas de pedras e arremessadas por propulsores ou pranchetas, esses eram de uma madeira leve e talhada no meio para colocação da fecha ou dardo. Outras armas tradicionais dos tapuias eram o machado de mão e as clavas ou maçãs, feitas de madeira e enfeitada com tiras de algodão e penas de arara.⁴⁸

*“As clavas eram feitas de uma madeira preta, ou outra similar também sólida, como o pau-brasil. Eram longas e largas, na sua porção inferior, aquela destinada a causar impacto no corpo do inimigo. Ali media a clava a largura de uma mão grande, apresentando um formato chato e laminado, funcionando como uma espada. A clava possuía a aparência de um remo, ou mesmo de uma pá. Na porção inferior, os Tapuias colocavam ossos ou dentes pontiagudos para aumentar o efeito devastador da arma.”*⁴⁹

Mesmo não sendo uma arma tradicional dos Tapuias, as armas de fogo chegaram a ser usadas por eles durante a “Guerra dos Bárbaros” tanto que no processo de rendição dos Tapuias/Canindés, 1692, estavam em sua posse mais de 13 mil armas de fogo.⁵⁰

2.3 – A Guerra dos Bárbaros: origens e confrontos iniciais

*“A denominada ‘Guerra dos Bárbaros’, levante geral dos Tapuia ou Confederação dos Kariri iniciar-se-á em 1687, como uma reação ao movimento expansionista dos portugueses sobre as terras indígenas, após a vitória sobre os holandeses, e só se encerrará em começo do século XVII.”*⁵¹

No Rio Grande do Norte, CASCUDO, afirma serem de 1685 as primeiras notícias de conflitos entre índios e colonos no sertão. Na ocasião os índios estavam a caçar e comer o gado nas fazendas estabelecidas ao longo da ribeira do rio Açu.⁵²

⁴⁸ MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açu e Serido, p.50-53

⁴⁹ Ibid., p.53

⁵⁰ Ibid., p.53

⁵¹ CARVALHO, Maria. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro, p.442

⁵² CASCUDO, Luis da Câmara. História da Cidade do Natal, p.71

Ao ocuparem as ribeiras dos principais rios da capitania do Rio Grande, os colonizadores brandos e seus animais (bois e cavalos) desalojaram vários grupos indígenas para as áreas mais pobres e secas do sertão. Expulsos de suas principais áreas de caça, pesca e coleta (as ribeiras), os índios passaram a abater os animais dos colonos para compensar a perda de suas fontes de alimentos tradicionais.

Morto o boi ou cavalo do colono, esse se sentia prejudicado e com o direito de responder ao afronte dos indígenas. Esses por vez reagiam aos ataques dos colonos, possibilitando as autoridades coloniais decretarem a "guerra justa". Portanto, com a interiorização do processo de colonização na capitania, através da expansão pecuarista, configurou-se a disputa entre índios e colonos pelas melhores terras. O prolongamento dessa disputa acabou gerando a "Guerra dos Bárbaros", conflito militar entre brancos e índios que levou à morte e escravidão de milhares de nativos.

A partir desses primeiros confrontos, os colonizadores passaram a tomar medidas no sentido de defender as suas povoações e propriedades. É importante observar que a reação indígena no Rio Grande do Norte foi tamanha que as autoridades locais foram obrigados a solicitar reforços militares as capitanias de Pernambuco e Paraíba, e, além disso, recorreram ao governador-geral da colônia.

Através de uma carta direcionada ao Capitão-mor General de Pernambuco, João de Cunha Souto Maior, de 23 de fevereiro de 1627, os oficiais da Câmara de Natal, já relatavam as rebeliões dos índios Tapuias no sertão do Açu, onde haviam matado aproximadamente cem moradores e muito gado. Na mesma carta os oficiais pediam reforços à capitania vizinha.⁵³

Na mesma data, os referidos Oficiais enviaram uma outra carta, essa destinada aos Oficiais da Câmara de Olinda, pedindo que intercedessem junto ao Capitão-mor General de Pernambuco a fim de que este envie a infantaria para combater a rebelião dos índios Tapuias do Vale do Açu.⁵⁴

No decorrer dos primeiros anos do conflito, os colonizadores sofreram sucessivas derrotas. O sucesso da resistência indígena nesse primeiro momento se deve em muito, a deflagração do mesmo conflito em outras capitanias, como Ceará e Piauí. Frente ao

⁵³ Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Capitão-mor General de Pernambuco, 23/02/1687

⁵⁴ Carta dos Oficiais da Câmara de Natal aos Oficiais da Câmara de Olinda, 23/02/1687

quadro, em que os indígenas eram muito mais numerosos, conheciam o campo de luta, além de disporem de armas de fogo, os colonos a abandonar suas terras.⁵⁵

Por intermédio de um edital, datado de 11/01/1688, o Capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte e Governador da Fortaleza dos Santos Reis determinava que ninguém deveria se ausentar da Capitania sob pena de prisão na Casa Escura da referida fortaleza e confisco das suas terras. A mesma pena era aplicada aqueles que soubessem de casas abandonadas e não denunciasses as Capitânicas ou ao Senado.⁵⁶

No entanto, a partir de 1687 a luta entre brancos e índios no sertão potiguar assumiu proporções mais devastadoras. Nessa data, o Governador Geral do Brasil Mathias da Cunha, recebia informações que índios norte-rio-grandenses ameaçavam a capital da Capitania.⁵⁷

Em 1687, os indígenas dominavam praticamente toda a região oeste da capitania e os vales dos rios Apodi e Açú. Como reforços foram enviadas duas colunas de combatentes, a primeira liderada por Antônio Albuquerque Câmara e a segunda coluna, o Terço dos Henriques, liderados pelo mestre de campo Jorge Luiz Soares, chegou a Vale do Açú em maio de 1668. Ambas as colunas não obtiveram sucesso na repressão aos indígenas rebelados, sendo obrigados a permanecer estacionados em suas casas fortes.

Nesses primeiros momentos do confronto, os militares tinham como principal estratégia o estabelecimento de postos avançados, ou seja, pequenas fortificações levantadas pelos soldados, como a casa forte do Cuó, erguida pelos homens do Coronel Antonio Albuquerque Câmara em 1687, na região do Seridó.

Como as tropas colonizadoras não obtiveram sucesso na repressão dos indígenas rebelados, o Governador Geral foi obrigado a conceder perdão aos foragidos, criminosos e degredados de diversas capitânicas nordestinas, caso esses homens se incorporassem e combatessem ao lado das tropas oficiais. Portanto, por traz desse perdão generalizado estava o interesse em ampliar o contingente de combatentes e conseqüentemente reverter o quadro de derrota que se configurava.

Sob a liderança de Manoel de Abreu Soares, partiu de Natal uma nova coluna, que contava com 120 soldados brancos e uma parte dos índios do Terço de Camarão. Após diversos combates com os indígenas, sofrendo com a falta de viveres, o cerco dos índios,

⁵⁵ MONTEIRO, Denise Mattos, op. cit., p.65-66

⁵⁶ Edital do Capitão-mor da Capitania do Rio Grande e Governador da Fortaleza dos Santos Reis, 11/01/1688

⁵⁷ TAUNAY, Affonso, A Guerra dos Bárbaros, p. 37

as deserções e a morte de seus homens, também foi obrigado a ficar recolhido em sua fortificação.⁵⁸

Em 16 de setembro de 1687, o Governador Geral do Brasil, Mathias da Cunha, ordenava que os capitães-mores de Pernambuco e Paraíba juntassem toda a "gente" disponível e enviasse ao Rio Grande. Além disso, entregava o controle das tropas de repressão ao Coronel Antônio Albuquerque da Câmara.⁵⁹

CASCUDO nos informa que as tropas de repressão usadas pelas autoridades da capitania contavam com:

*"... negros de Henrique Dias, indígenas de Felipe Camarão, Terço dos Paulistas, voluntários, criminosos perdoados se matassem insurrectos, todos iam para a ribeira do Açú onde o fogo subia como numa capivara."*⁶⁰

Informação confirmada através de carta enviada ao Senado da Câmara de Natal, datada de 1687, pelo Governador Geral. Informou através dessa que enviou a Capitania do Rio Grande do Norte, duas companhias de "gente" do Terço dos Camarões e de Henrique Dias.⁶¹

Como se observa pelas informações prestadas por CASCUDO e nos documentos da época, a resistência indígena frente ao avanço pastoril/colonizadora levou as autoridades a recorrerem as mais diversas forças militares para submeterem os indígenas.

Entre as forças repressoras destacamos a presença dos bandeirantes ou Terço dos Paulistas, que atraídos pela possibilidade de escravizarem os índios e obterem sesmarias no sertão nordestino, uma vez que foi declarada a "guerra justa", assinaram contratos com as autoridades nordestinas para pôr fim ao "levante do gentio tapuia".

⁵⁸ TAUNAY, Afonso. op. cit., p. 32-33

⁵⁹ Ordens do Governador Geral sobre as entradas contra o gentio, 16/09/1687

⁶⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. op. cit., p. 72

⁶¹ Carta ao Governador Geral ao Senado da Câmara de Natal, 24/09/1687

3 – OS PAULISTAS E SUA AÇÃO NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Os primeiros anos da “Guerra dos Bárbaros” em território norte-rio-grandense foram marcados por sucessivas derrotas das tropas colonizadoras. Em decorrência disso, os índios Tapuias chegaram a atacar os colonos da ribeira do Ceará-Mirim, a pouco mais de 30 quilômetros da cidade de Natal, capital da capitania.

Outro fato que surgiu em consequência das vitórias indígenas sobre os colonos foi a paralisação das tropas de repressão, ou seja, a reação dos índios obrigou os soldados se refugiarem em casas fortes como a do Cuó e das Piranhas localizadas no meio do sertão.

No entanto, os rumores do conflito foram alternados em favor dos colonizadores quando as suas tropas passaram a contar com o auxílio de especialistas em guerra indígena, isto é, os bandeirantes paulistas, incorporados em 1628.

Portanto abordaremos nesse capítulo os principais confrontos entre índios e paulistas na capital do Rio Grande do Norte e os principais métodos por esses no combate aos tapuias.

3.1 – O Terço dos Paulistas

Assim como nas capitanias nordestinas, a de São Vicente começou a ser colonizada pelo litoral e teve no plantio da cana-de-açúcar e o estabelecimento de engenhos as suas bases econômicas. No entanto, a melhor qualidade do açúcar nordestino e sua menor distância em relação a Portugal tornaram o açúcar paulista pouco competitivo.⁶²

Dessa forma, a captura de índios, para serem vendidos como escravos, apresentou-se como uma das alternativas econômicas para os paulistas. Portanto, os moradores da capitania tornaram-se especialistas em guerra indígena.

⁶² FAUSTO, Boris. História do Brasil, p. 91-93

Organizados em regimentos denominados "Terço", os paulistas penetravam o sertão brasileiro na captura de índios. Esses "Terços de Paulistas" foram atraídos ao sertão nordestinos pela possibilidade de escravizar índios, uma vez que a Coroa Portuguesa havia declarado a "guerra justa", ou seja, as autoridades coloniais utilizando-se da legislação indigenista permitiram a captura e a escravidão dos índios pertencentes as nações rebeladas contra o avanço da colonização.

No entanto, os paulistas tiveram outros objetivos ao juntarem-se as tropas de repressão já estacionadas na capitania, tais como: a concessão de títulos honoríficos e de doação de terras.

*"Mediante contratos feitos com as autoridades da colônia, recebiam soldos e patentes militares, terras e o direito de aprisionar e escravizar indígenas, além de títulos honoríficos como Fidalgo Cavalheiro ou Membro da Ordem de Cristo, em troca de sua participação nas guerras de conquista."*⁶³

Através do rio São Francisco os bandeirantes paulistas penetraram no sertão nordestino, sempre na caça aos índios e na busca de terras. Domingos Barbosa Calheiro, Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida, Manoel Álvares de Moraes Navarro, Antonio Gonçalves Figueira e Francisco Dias Siqueira são alguns dos principais mestres de campo dos paulistas que estiveram combatendo em terras nordestinas durante a "Guerra dos Bárbaros".⁶⁴

No território do Rio Grande do Norte, teve destaque a atuação dos mestres de campo Domingos Jorge Velho, um dos fundadores do Terço dos Paulistas, cuja ação se fez presente nos atuais municípios de Currais Novos e Açu, e Manoel Álvares de Moraes Navarro, a quem foi entregue o comando do "Terço" na referida capitania.⁶⁵

Conforme o governador interino do Brasil, Frei Manuel da Ressurreição, os paulistas eram homens...

*"... costumados a penetrar sertões, a tolerar as fomes, sedes, o inclemências dos climas, e dos tempos, de que não tem uso algum os infantes, nem milicianos, a que falta aquella disciplina e constância."*⁶⁶

⁶³ MONTEIRO, Denise Mattos, op. cit., p.68

⁶⁴ TAUNAY, Affonso E., op. cit., p. 23

⁶⁵ SANTOS, Paulo Pereira dos, op. cit., p.52

⁶⁶ TAUNAY, Affonso E., op. cit., p.22

Portanto, as autoridades coloniais atribuíram o insucesso da repressão aos índios do sertão a pouca adaptação das tropas coloniais, e não a superioridade numérica dos indígenas. Com a chegada dos paulistas, essa desproporção no número de combatentes diminuiu, conseqüentemente os rumos da guerra foram alterados em favor dos colonos.

3.2 – Os líderes paulistas

As primeiras expedições repressoras ao levante dos tapuias, no sertão norterio-grandense, foram lideradas pelo Coronel Antonio Albuquerque Câmara e o Capitão-Mor Manuel de Abreu Soares, no entanto, suas tropas não tiveram forças suficientes para “pacificar” os indígenas. Somente com a vinda do “Terço dos Paulistas” para o território da Capitania do Rio Grande em 1688, o conflito encaminhou para o seu desfecho final.

A primeira referência feita a presença dos paulistas em território norte-rio-grandense, localizada no acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, foi um requerimento do Juiz Ordinário Francisco Gomes ao mestre de campo Domingos Jorge Velho, datada de março de 1689, abaixo está uma parte desse requerimento:

“Senhor mestre de campo Domingos George Velho, te nos chegado a noticia qe. O Capam. Mayor desta Capitania Augustinho Cezar de Andrada, lhe mandara a VM hua carta ou mandadolhe requerer, lhe não entendessem, nem entroisse o gentio inimigo jandoim que fogido chegou a esta capta. do asi do poder de VM atimado do dano qe. I he tem dado, mostrando nisso Pouco zello, nem atendendo ao hem deste Povo, nem ao gasto qe. Sua Magde. tem feito com as guerras qe. Lhe tem mandado fazer so dito inimigo pello governador gl., e pello de Pernambuco, tanto por VM como por outros cabos qe. andão pelo dito Certão, e o dito Capam, mor quer per força Consentir nesta Capitania o dito inimigo fazendo toda a diligca. pa. q. VM a desampare, deixando nella qm. tanto dano lhe tem feito, tanto em vidas de mtos. hōmes, como em mtas. fazendas qe. estroiram, pello qe. Sor. mestre de campo nos todos em hua vos lhe requeremos a VM em nome, e da pte. de sua Magde., qe. não desampare esta Capta., em deixar nelas o dito inimigo, pois o Certão fogindo vem de VM elle dê a guerra possível, seguindo-o, degolando, e dandocomprimto. As ordens em qe. tem dos senhores governadores gerais deste estado, e do gov. de Pernãobuco: pois he de gde. Utilidade desta Capitania, e hem comum, de outras, e acrescentamto da familia real, por mtos. respeitos; e qdo. VM falte a isto, protestamos todos

*os moradores qe. aqui estamos, e os mais qe. não puderão vir. qe. logo o fará queixarmonos a Sua Magde. ou aos Gores, emcampandolhe a SM todo os danos, e perdas de qe. resultar, de ficar o tal inimigo nesta Capta. e a resposta de VM a mandará aqui escrever, e se asignará pa. qe. conste de tudo ao dos. GR. Rio Grde. Vinte e tres de março de 689 annos.*⁶⁷

Como podemos observar, através da leitura desse documento, as autoridades coloniais desejavam que os paulistas perseguissem e degolassem os índios que se achavam levantados. Portanto, pode-se concluir o objetivo principal da política repressiva não era a pacificação e sim, o extermínio dos indígenas.

Em outro requerimento, desta vez dos Oficiais da Câmara de Natal, de 26/03/1689, observa-se claramente a adoção da política de extermínio aos indígenas por parte dos colonizadores. Além disso, o documento apresenta uma das táticas usadas pelos paulistas durante o período chuvoso no sertão.

“Senhor mestre de campo Dos. George Velho, por vermos qe. VM tem dado principio a obrar em destruir esse gentio, a quem o Capam. Mayor Augustinho Cesar de Andrada, tinha dado hum perdão debaixo das mtas. condicois como delle consta, as quaes logo o dito. gentio faltou, mais antes debaixo do mesmo perdão, estava estroindo os mas., e comonicandose com o mais gentio, tem feito VM a requerimto. deste Pouvo dando a execução as ordens qe. tras do governador gl. deste Estado, de novorequeremos a VM com o Povo abaixo asignado, e o procurador do Conselho fazendo a qte. de todo aquelle qe. falta, por não poderem vir, e morarem mto. distantes deste Lugar qe. visto aver VM principiado, a dar no dito. gentio, lhe requeremos da pte. de Sua Magde. qe. Ds. gde. o acabe de destruir, perseguindo athe destruir de todo tanto este como todo o mais, qe. alevantado tem aroinado esta Capitania e senão retire do sertão della emqto. ouver noticia qe. há gentio levantado; e qdo. VM disto faça o contrario, he por a capitania em mais aperto, e dar ocazião a qe. dito. gentio tome vingançaem nossas vidas e fazendas, e assim mais requeremos a VM qe. qdo. o inverno lhe impida o destrillo faça sua assistencia em o certao das cabeceiras desta Capta. Rio Potogi, Rio trairi, Rio Siarâmerim, Rio Jacu, no qual lhe parecer mais cõveniente pa. o sustento da sua gente, por não fazer algu dano aos moradores em as Lavouras, e mais criacons, e pa. poder destas partes livrar o Dano. qe. o inimigo no inverno pode fazer a esta Capta. e por sabermos qdo. o dito. inimigo, nos assaltos qe. lhis tem dado os

⁶⁷ Requerimento que o Juiz Ordinário Francisco Gomes, em nome do povo da Capitania do Rio Grande, fez ao Mestre-de-Campo do Regimento dos Paulistas, Domingos Jorge Velho, de 23/03/1689. in: MEDEIROS FILHO, Olavo. Índios do Açu e Seridó, p.128-129.

*moradores desta Capitania, largarão mtas. Bestas, das qe. lhes tinha levado, e mtas. lhes tem fugido vindo buscar os mesmos pastos, requeremos a VM qe. todas qe. achar em poder do gentio, e pellos pastos, as mande ajuntar pa. qe.os mors. Cujas forem as resgatem com VM dadolhe per cada besta dous mil rs., e qdo. VM destes requerimentos. qe.lhes fazemos faça o contrario nos queixaremos a Sua Magde. e nos Dara VM sua resposta, per escrito, abaixo deste, asignado com sua firma pa. mandarmos rezistar nos Livros desta Câmara Rio grde. 26 de mº de 689 annos.*⁶⁸

Conforme esse requerimento, os índios aproveitavam o período chuvoso para atacar as fazendas, pois as tropas repressoras tinham sua capacidade de mobilização prejudicada, possivelmente, em função do grande volume de água nos rios do sertão. Como consequência, era “sugerido” ao mestre-de-campo que permanecesse na ribeira dos rios da capitania, dessa forma, estaria protegendo as lavouras e as criações dos colonos.

Em resposta ao “pedido” dos Oficiais da Câmara, o mestre-de-campo Domingos Jorge Velho enviou uma carta, afirmando que seguiria as sugestões enviadas através de requerimento.⁶⁹

Sobre a presença do mestre de campo dos paulistas, Domingos Jorge Velho, a documentação não faz referência a sua presença na capitania do Rio Grande do Norte, em data anterior a 1689.

No entanto, segundo Denise Mattos Monteiro, a presença de Jorge Velho nos sertões nordestino é anterior a 1685, mas sua participação oficial no conflito é a partir de 1687, quando sua expedição, reunida para atacar o reduto negro de Palmares, foi desviada para combater os índios do sertão.⁷⁰

Informação essa, também prestada por Affonso E. Taunay, em sua obra “A Guerra dos Bárbaros”, segundo esse:

⁶⁸ Requerimento que os Oficiais da Câmara de Natal fizeram ao Mestre-de-Campo da tropa dos Paulistas, Domingos Jorge Velho, de 23/03/1689, in: MEDEIROS FILHO, Olavo. Índios do Açú e Seridó, p. 130-131

⁶⁹ Carta do Mestre-de-Campo da tropa dos Paulistas, Domingos Jorge Velho aos Oficiais da Câmara de Natal de 26/03/1689, in: MEDEIROS FILHO, Olavo. Índios do Açú e Seridó, p. 131

⁷⁰ MONTEIRO, Denise Mattos, op. cit., p.68

“... a boa notícia de que Domingos Jorge, e seu lugar tenente, comandantes de 600 homens, reunidos para atacar os Palmares, iam romper pelo sertão das campanhas do interior de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, tomando ao revés as nações índias que se diziam serem aliadas e sustentaculas dos Janduins.”⁷¹

Outro importante mestre-de-campo paulista a combater os indígenas rebelados no sertão foi Matias Cardoso de Almeida, a quem foi entregue o comando geral das tropas repressoras. Na ocasião apenas o Terço de Domingos Jorge Velho manteve sua autonomia, pois havia se desviado de seu objetivo inicial, a destruição de Palmares para combater na “Guerra dos Bárbaros”.

O último mestre-de-campo paulista a comandar um terço no Rio Grande do Norte, durante a Guerra dos Bárbaros, foi Manuel Morais Navarro. Membro do Terço de Matias Cardoso, foi logo deslocado por seu comandante, com a patente de sargento-mor, para combater os tapuias das ribeiras dos rios Açu e Apodí.

Com a retirada do Terço de Matias Cardoso, em 25 de abril de 1694, Manuel Morais Navarro passou ao cargo de mestre-de-campo de um novo Terço de Paulista, montado para dar continuidade a repressão dos indígenas “rebelados”.⁷²

Como líder do último grupo de bandeirantes a percorrer o território da capitania do Rio Grande do Norte, foi responsável por um dos maiores massacres de índios durante a “Guerra dos Bárbaros”.

Segundo Denise Mattos Monteiro:

“Em 1698, Navarro investigou um ataque dos Jandui – aos quais ele próprio forneceu armas – contra os Paicu da ribeira do Jaguaribe e em seguida atacou os Jandui. Em 1699, na mesma ribeira, atacou novamente Paicau liderados pelo chefe Jenipapuaru, com uma força composta por 330 homens, sendo 130 brancos e 200 indígenas. Desse ataque resultaram 400 mortos e 250 prisioneiros, tendo Navarro perdido apenas 2 de seus homens, além de vários feridos, o que nos dá uma idéia do genocídio então ocorrido.”⁷³

⁷¹ TAUNAY, Affonso E., op. cit., p.36-37

⁷² MEDEIROS FILHO, Olavo, Aconteceu na Capitania do Rio Grande, p. 121

⁷³ MONTEIRO, Denise Mattos, op. cit., p. 71

Por meio do Requerimento o Procurador da Câmara, Alferes Ferreira da Ponte, condena a intenção do mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro de fazer guerra entre os Janduis e os Paiacu para obter prisioneiros.⁷⁴

3.3 – A ação dos paulistas na “Guerra dos Bárbaros”

No Rio Grande do Norte, a ação foi iniciada com a chegada de Domingos Jorge Velho e teve continuidade com Matias Cardoso e Manuel Moraes Navarro. Esses mestres-de-campo e seus Terços de Paulistas atuaram na capitania entre os anos de 1688 e 1724 e foram alguns dos principais personagens no processo de “pacificação” e conquista do território potiguar.

Com a chegada dos paulistas as tropas repressoras passaram a ter um comando único, ficando apenas Domingos Jorge Velho com liberdade de ação. Essa centralização, possibilitou uma ação conjunta das diversas frentes de combate, conseqüentemente, os índios passaram a sofrer suas primeiras derrotas.

Sobre uma das primeiras vitórias dos paulistas na Guerra dos Bárbaros, nos informa Affonso Taunay que:

“Obtivera Domingos Jorge Velho esplendida vitória. Após quatro dias de peleja viva terminara o controle pelo desbarato completo dos tapuias. Haviam eles perdido bastante gente e fugido dispersos.

*A falta de munições impedira porém o triunfo dos paulistas fosse completo.”*⁷⁵

No referente a falta de munições, constituiu um das principais barreiras na ação dos paulistas. Mesmo quando as autoridades coloniais informavam que enviariam “... tudo quanto pudesse de armas, munições e mantimentos...”⁷⁶

A falta de munições impedia um combate mais eficiente aos índios rebelados, que estavam em maioria numérica.

⁷⁴ Requerimento do Procurador da Câmara, Alferes Ferreira da Ponte, em nome do povo, contra o mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, de 05/05/1700, transcrição parcial em: LEMOS, Vicente. Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte, p. 76-78

⁷⁵ TAUNAY, Affonso E., op. cit., p. 37

⁷⁶ Ibid. p. 38

Uma das principais estratégias dos paulistas para ampliar seus efetivos era o recrutamento dos índios “amigos” ou estabelecimento de alianças com algumas tribos. Esse recrutamento ocorria tanto em tribos do Rio Grande do Norte quanto das capitanias vizinhas, inimigos tradicionais das nações indígenas rebeladas.

Visando ampliar suas tropas, o mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, publicou edital convocando os criminosos a se apresentarem ao seu terço, sob pena de serem presos e remetidos ao Capitão-mor para os castigos.⁷⁷

Mesmo os “Paulistas” sendo considerados como o principal instrumento de repressão aos índios, em alguns momentos constituíram grande preocupação aos colonos e autoridades da colônia.

Sabendo que o mestre-de-campo Moraes Navarro havia chegado a barra do Ceará-Mirim com seu Terço – composto por mais de 500 homens, entre soldados e tapuias – os moradores da cidade de Natal o enviaram uma carta pedindo para que deixasse a localidade o mais breve possível, evitando dessa forma tumultos e um possível levante dos índios aldeados.⁷⁸

Conforme o exposto pelas autoridades da capitania do Rio Grande do Norte, o mesmo Terço de Paulista considerado o grande responsável pela derrota indígena, com passar dos anos e da “Guerra dos Bárbaros” tornou-se um problema, uma vez que, incentivava guerras entre índios já “pacificados” e aldeados, além de causar prejuízos aos colonos já estabelecidos, como a perda de animais e mantimentos que eram desviados para sustentar os homens.

A partir do momento em que a permanência dos Terço dos Paulistas tornou-se desnecessária e mesmo constituindo-se num problema para os colonos, as autoridades, através de carta régia de 17 de outubro de 1724, suspenderam a ação dos grupos em terra norte-rio-grandense.

Mesmo com a suspensão, ainda permaneceram na capitania duas de suas companhias “... uma servindo na fortaleza dos Santos Reis e outra em Ferreiro Torto, Macaíba, onde se construiu um alojamento.”⁷⁹

⁷⁷ Edital que o Mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro mandou lavrar, em 18/02/1699

⁷⁸ Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Mestre-de-Campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, a pedido do povo de Natal, 29/11/1700

⁷⁹ MEDEIROS FILHO, Olavo. Índios do Açu e Serido, p. 125

A suspensão das ações bandeirante no Rio Grande do Norte, só foi possível devido ao abrandamento da política de extermínio e escravidão dos índios adotadas pelas autoridades coloniais. Com isso o "Terço dos Paulistas" perdeu sua finalidade, ou seja, conter a reação indígena ao avanço colonizador português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a ocupação do sertão por colonizadores "brancos" foi necessário o deslocamento dos habitantes nativos, os indígenas do tronco lingüístico dos tapuias, tornando possível a ocupação das melhores terras da região, as ribeiras dos rios Ceará-Mirim, Apodi e Açu/Piranhas e seus respectivos afluentes.

Visando conter esse deslocamento, as nações indígenas do sertão – Janduis, Arius, Sucurus, Canindés, Jenipapos, Paiacus, Panatis, Jovas, Camuçus, Arârius, dentre outras – entraram em conflito com os colonizadores, ficando o conjunto dessas rebeliões do gentio tapuia registrado nos documentos e mantidos na historiografia como "Guerra dos Bárbaros".

Objetivando conter a rebelião dos índios sertanejos, as autoridades coloniais deram início a repressão. Para isso contaram com o auxílio de uma legislação que possibilitava a formação de um sistema de alianças com nações consideradas "amigas" e, principalmente, permitia a perseguição, aprisionamento, escravidão e morte dos índios rebelados, quando decretada a "guerra justa".

A política de repressão pode ser dividida em duas fases, cujo marco divisório foi a entrada dos bandeirantes paulistas, denominado de Terço dos Paulistas na "Guerra dos Bárbaros".

A presença do Terço dos Paulistas em território norte-rio-grandense, entre os anos de 1688 e 1724, esteve relacionado a política de extermínio idealizada pelas autoridades coloniais portuguesas. Sendo, o referido "Terço", um dos principais instrumentos dessa política, pois tratavam-se de homens especializados na guerra ao índio.

No Rio Grande do Norte os paulistas foram liderados pelos chamados mestres-de-campo dos quais teve destaque Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida e Manoel Moraes de Navarro. Foram as tropas desses homens responsáveis pela mudança nos rumos da "Guerra dos Bárbaros". Com a chegada dos paulistas as tropas coloniais de repressão passaram a reverter o quadro de derrotas da primeira fase da repressão, imprimindo um ritmo diferenciado ao processo de conquista e posse das terras sertanejas.

No entanto, o sucesso na política de combate e extermínio ao índio rebelado no sertão, não deve ser atribuído exclusivamente aos paulistas, uma vez que outros fatores também colaboraram, como foi o caso da presença dos missionários, o sistema de aliança com as tribos "amigas", a superioridade das armas e o recrutamento de índios aldeados para combater os índios rebelados.

Todos esse fatores somados foram responsáveis pela conquista do sertão potiguar, ou seja, o extermínio da grande maioria do gentio tapuia do Rio Grande do Norte, o que possibilitou a ocupação definitiva da região pelos colonizadores brancos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Correspondência dos Oficiais da Câmara de Natal. período de 1688 a 1724.

Correspondência dos mestres-de-campo dos paulistas. período de 1688 a 1724.

Edital do Capitão-Mor da Capitania do Rio Grande e Governador da Fortaleza dos Santos Reis. de 11/01/1688.

Ordens do governador Geral sobre as entradas contra o gentio. de 16/09/1687.

Edital que o mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro mandou lavrar. em 18/02/1699

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5 ed. São Paulo: Atlas. 1986.

_____. **A produção do espaço norte-riograndense**. Natal: ed. Universitária. 1981.

BELUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. 2 ed. São Paulo: Metalivros. 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Senado Federal e Ministério da Agricultura, 1956 (Documentário da vida rural. n. 9).

_____. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Achimé. Natal: Fundação José Augusto. 1984.

_____. **História da cidade do Natal**. 3 ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. 1999.

CARVALHO, Maria. et. al. Os povos indígenas no Nordeste Brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1992. p. 431-456.

COELHO, Maria da C. Guilherme. **Entre o céu e a terra: viver e morrer no sertão do seridó nos séculos XVIII e XIX.** Natal, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFRN, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 6 ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

LOPES, Fátima Martins. **Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte.** Recife, 1999. Dissertação (Mestrado em História). UFPE, 1999.

LEMOS, Vicente de. **Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1912, v.1.

MACÊDO, Muirakytton Kennedy. **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense.** Natal, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFRN, 1998.

MEDEIROS, Tarcisio. **Proto-História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Presença Edições: Fundação José Augusto, 1985.

MEDEIROS FILHO, Olavo. **O terço dos paulistas do mestre-de-campo Manuel de Moraes Navarro e a Guerra dos Bárbaros.** Coleção Mossoroense – Série B- número 480, 1987.

_____. **Os Tarairius: extintos Tapuias do Nordeste.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1988 (Col. Mossoroense, série B, n. 502).

_____. **Aconteceu na capitania do Rio Grande do Norte.** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997. (Coleção Cultura, n.02).

_____. **Índios do Açú e Seridó.** Brasília: Gráfica do Senado, 1994.

_____. **Velhas famílias do Seridó.** Brasília: Gráfica do Senado, 1981.

_____. **Velhos inventários do Seridó.** Brasília: Gráfica do Senado, 1983.

MOISES, Beatriz Perrone. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) **História dos índios no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte.** Natal: EDUFRN, 2000.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense. 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do Cangaço**. 2 ed. São Paulo: Global. 1986.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: do século XVI ao século XX**. Natal: Clima. 1994.

TAUNAY, Affonso E. **A Guerra dos Bárbaros**. Mossoró: ETRN/UNED: Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Estado do Rio Grande do Norte. 1995. (Coleção Mossoroense, série C. V. 863).